

INTRODUÇÃO À SOCIEDADE CAROLÍNGIA: UMA BREVE PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA – SÉCULOS VIII E IX

**An introduction to carolingian society: a brief historiographical perspective -
eighth and ninth centuries**

Fabricio Nascimento de Moura

Doutor em História

Professor Adjunto de História Antiga e Medieval – UEMASUL

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3129-2355>

fabricio.moura@uemasul.edu.br

Resumo: Neste artigo apresentamos uma revisão historiográfica acerca da sociedade carolíngia, destacando o processo de formação do Império, suas formas de organização sócio-política e as causas do seu declínio. A compreensão da historicidade carolíngia é parte relevante da construção do conhecimento sobre a Idade Média ocidental.

Palavras-chave: Francos. Carolíngios. Historiografia

Abstract: In this article, we present a historiographical review of Carolingian society, highlighting the process of the Empire's formation, its forms of socio-political organization, and the causes of its decline. Understanding Carolingian history is an important part of building knowledge about the Western Middle Ages.

Keywords: Frankish. Carolingians. Historiography

Introdução:

A história do Império Carolíngio é um marco na historiografia da Alta Idade Média, sendo normalmente associada à transição para a Baixa Idade Média e à formação da sociedade feudal. Presente em diversos manuais de história medieval, o estudo dos Francos e dos governantes carolíngios nos ajuda a compreender a dinâmica posterior da sociedade feudal, as relações entre o poder espiritual da Igreja o poder temporal do Império, no contexto da formação da cristandade, e a formação do mapa político do ocidente europeu.

A formação do Império Carolíngio

Tradicionalmente, a historiografia inicia a narrativa sobre a formação do Império Carolíngio a partir do fim da primeira dinastia dos francos, chamada de merovíngia. O Historiador Louis Halphen destacou a temática da dinastia dos francos merovíngios e sua relevância na formação do Império Carolíngio, na obra *Carlomagno y el Imperio Carolingio*. Para o autor, desde o início da Idade Média, Clóvis¹ e seus sucessores estabeleceram um domínio sobre vastos territórios cuja extensão geográfica e composição étnica já refletiam, em grande parte, uma forma inicial do Império Carolíngio. Em sua maior extensão, durante o reinado de Dagoberto, no século VII, o reino merovíngio abrangia parte da Gália, da Renânia, da Germânia e da Turíngia, exercendo influência ainda sobre a Frísia, a Saxônia e a Baviera. O fundamento da monarquia merovíngia era a conquista e o conseqüente acúmulo do espólio, o que demandava um processo de expansão constante de seu território. Essa política expansionista constituía a base de sua riqueza, e as partes constituintes das regiões conquistadas apenas tinham em comum o fato de pertencerem aos francos. Destarte, todos os territórios conquistados eram denominados de *regnum francorum* (reino dos francos). (Halphen, 1992, p. 13).

Ainda de acordo com Louis Halphen, a legitimidade dos sucessores de Clóvis era baseada na consolidação da tradição, entre os germânicos, de reservar o trono para a família do monarca que os havia conduzido às vitórias. Os territórios conquistados eram considerados propriedade pessoal do rei e a herança era assegurada aos seus filhos e, posteriormente, aos seus demais herdeiros diretos. Essas terras eram divididas de forma igualitária entre os herdeiros do monarca, que só formavam reinos quando algum destes morria em decorrência de causas naturais. No entanto, na segunda metade do século VII, a linhagem merovíngia se exauriu, levando o “reino dos francos” à desarticulação. Os

territórios germânicos que estavam sob seu domínio foram perdidos: a Gália se fragmentou e a anarquia se espalhou em cada um dos reinos, que se opuseram uns aos outros em seus territórios, como a Austrásia, a Nêustria e a Borgonha. (Halphen, 1992, p. 13-14).

A desarticulação da dinastia merovíngia esteve associada à disputa pelo poder que tinha relação com o que Louis Halphen classificou como “reis fantasmas”, jovens monarcas que chegavam ao trono ainda na infância e que eram alvo de disputas internas. Alguns *leudes*², conseguiam, em cada reino, ocupar o cargo de “prefeitos do palácio” (*major domus*), o que lhes concedia um certo poder monárquico. A unidade teórica do domínio franco, contudo, resistiu à fragmentação e os prefeitos do palácio buscavam reconstruí-lo em benefício próprio, garantindo o monopólio do cargo para suas famílias. (Halphen, 1992, p. 14).

Roger Collins afirma, na obra *Charlemagne*, que é possível apontar alguns aspectos gerais sobre a sociedade franca no início do século VIII. Segundo o autor, a dinastia merovíngia ainda mantinha o monopólio da monarquia, mas exercício efetivo do poder pelos reis é uma questão que permanece aberta ao debate. Os historiadores contemporâneos, influenciados pelas narrativas dos testemunhos carolíngios posteriores, acreditaram por muito tempo que o poder real merovíngio entrou em declínio acentuado após a morte de Dagoberto I em 639, e que os resquícios de autoridade que ainda detinham foram arrebatados após a batalha de Tertry em 687³. Roger Collins afirma, no entanto, que essa abordagem tem sido contestada recentemente, pela natureza questionável da documentação na qual se baseia e também pelo que tem sido considerado como evidência do exercício contínuo do poder real por alguns dos últimos reis merovíngios. Essas evidências, constituídas por relatos de julgamentos em audiências na presença do rei, pronunciados contra os interesses da família dos Pepinos, ancestrais dos reis carolíngios, não são inequívocas. Além disso, como vimos, houve vários períodos nos quais o monarca merovíngio era uma criança, com certa incapacidade para o exercício do poder pessoal. (Collins, 1998, p. 15).

Segundo Roger Collins, pouco se sabe sobre a organização do governo merovíngio nos últimos anos da dinastia. O principal cargo político na época parece ter sido o de prefeito do palácio. Para o autor, esse cargo pode ter sido exclusivo dos reinos francos, mas suas origens são desconhecidas, assim como o período em que foi instituído. Na prática, tal cargo conferia ao seu ocupante considerável poder e influência política e

econômica numa época em que a autoridade dos reis merovíngios era frágil. O cargo de prefeito do palácio desapareceu quando se instituiu a dinastia carolíngia, em 751. No final do período merovíngio, as rivalidades entre os prefeitos do palácio da Austrásia e da Nêustria, principalmente, são apresentadas como o foco dos conflitos entre os dois reinos durante o final do século VII e as primeiras décadas do século VIII. Contudo, segundo Roger Collins, a historiografia contemporânea tem revisto esse protagonismo isolado dos prefeitos do palácio como principais agentes políticos da época, destacando grupos aristocráticos mais amplos, dos quais os ocupantes desse cargo dependiam para a consolidação do seu poder. (Collins, 1998, p. 16).

Outra abordagem acerca da formação do Império Carolíngio é aquela que associa à ocupação muçulmana da Península Ibérica. José Luis Romero afirma, na obra intitulada *La Edad Media*, que a conquista da Hispânia pelos muçulmanos possibilitou o contato direto entre a sociedade islâmica e a cristã. Essa conjuntura influenciou todo o período posterior, uma vez que levou a cristandade a assumir uma política orientada a partir da ideia de uma ameaça iminente. Para o autor, a reordenação do Império Ocidental pelos carolíngios foi a consequência mais significativa desse novo contexto. (Romero, 1987, p. 37).

Em meados do século VIII, foi deflagrado um conflito no Império muçulmano entre as dinastias dos Omíadas⁴ e dos Abássidas⁵, no qual os últimos saíram vencedores, por volta de 750. Entretanto, o príncipe Omíada, Abderraman, procurou exílio na Hispânia, assumindo o governo daquele emirado, proclamando-se independente e herdeiro do poder naquela região. A partir dessa data, a Hispânia tornou-se o *locus* de novas disputas pelo poder, uma vez que Abderraman tinha como objetivo impor sua autoridade política naquele território, buscando, ao mesmo tempo, desarticular os pequenos focos de resistência organizados pelos cristãos na parte noroeste da região. Essa resistência conteve a ação expansionista dos Omíadas e permitiu que o rei dos francos, Pepino, o Breve, herdeiro de Carlos Martel, os afastasse gradualmente em direção aos Pirineus. (Romero, 1987, p. 38).

Pepino, o Breve, herdou de Carlos Martel a função de administrar o reino franco⁶. Em meados de 751, quando começavam os conflitos na Hispânia ocupada pelos muçulmanos, Pepino destituiu Quílderico III do trono franco e se proclamou rei com o apoio do papado, instaurando, assim, a dinastia carolíngia. O novo rei franco recebeu o apoio da Igreja em troca da defesa do papado contra os Lombardos, que ocupavam o norte

da Itália e, também, para defender as regiões europeias cristianizadas contra a iminente ameaça provocada pela expansão islâmica. A aliança entre a Igreja e o reino franco solidificou-se, de modo que, após a morte de Pepino, o Breve, em 768, o papado apoiou os seus herdeiros, Carlos e Carlomano, dos quais o primeiro reinou sozinho a partir de 771 e empreendeu uma política expansionista que justificaria o nome Carlos, o Grande, ou Carlos Magno, pelo qual é conhecido até hoje. (Romero, 1987, p. 38-39).

O historiador Jacques Le Goff afirma, na obra *La Civilización del Occidente Medieval*, que os carolíngios promoveram a reconstrução da unidade territorial ocidental em três regiões, a saber: a sudeste, na Itália; a sudoeste, na Hispânia; e a Leste, na Germânia. Como vimos, a política carolíngia na Itália foi iniciada por Pepino, o Breve, que era aliado da Igreja. A primeira expedição dos francos contra os lombardos teria ocorrido em 754 e a segunda em 756. Contudo, segundo o autor, foi Carlos Magno, em 774, que obteve êxito em capturar Desidério, o rei dos Lombardos, na região de Pavia, tomando para si a condição de rei da Itália. (Le Goff, 2002, p. 40).

Em direção ao sudoeste, Pepino, o Breve, conquistara Narbonne junto aos muçulmanos, em 759. No entanto, teria sido Carlos Magno quem associaria seu nome à reconquista daquela região. Mais tarde, entre o fim do século VIII e início do século IX, no contexto das disputas internas entre os muçulmanos, Carlos Magno conquistou a cidade de Barcelona, anexou Pamplona, Huesca e Gerona. (Le Goff, 2002, p. 40).

Carlos Magno também estabeleceu uma tradição de conquistas em direção ao Leste, na qual o extermínio e a conversão estavam diretamente associados. A partir de então, a cristianização forçada tornou-se prática comum durante boa parte da Idade Média. Qualquer dano causado a um dos aliados do imperador ou qualquer ofensa à religião cristã era punida com a morte. Ao longo da região do Mar do Norte, os primeiros afetados por essa política foram os saxões, derrotados após muitas batalhas entre 772 e 803, em uma série de campanhas militares que alternavam entre vitórias superficiais e a insurgência dos derrotados. (Le Goff, 2002, p. 41).

A Baviera, quando foi conquistada, já havia se tornado uma região cristianizada e, teoricamente, subordinada aos francos desde a época dos merovíngios. A nova província bávara estava sujeita às incursões dos ávaros, de origem tártaro-turca, que vinham das estepes asiáticas, incluindo vários grupos eslavos que criaram um Império às margens do rio Danúbio, da Caríntia à Panônia. Os ataques dos ávaros eram motivados pela pilhagem e provocaram o acúmulo de muitos recursos materiais. Em 796, Carlos

Magno anexou a parte ocidental do Império dos ávaros entre o rio Danúbio e o rio Drava. (Le Goff, 2002, p. 41-42).

O Império carolíngio pouco avançou em direção ao território eslavo. Algumas expedições nas regiões mais baixas do rio Elba e além, após a conquista da Saxônia, fizeram com que algumas tribos eslavas fossem anexadas ou expulsas da região. A vitória sobre os ávaros teve como consequência a entrada de eslovenos e croatas no território franco. E, finalmente, após a sua coroação como imperador, em Roma, pelo papa Leão III, Carlos Magno seguiu em direção à Grécia. Segundo Jacques Le Goff, o restabelecimento do Império no Ocidente pode ter sido um objetivo do pontífice e não de Carlos Magno. Para o autor, o Papa Leão III teria percebido que havia três vantagens em coroar Carlos Magno como imperador: num contexto de perseguição política em Roma, o papa precisava restabelecer sua influência por meio de um imperador, cuja autoridade era inquestionável; o papa objetivava ainda que o reconhecimento da sua soberania temporal fosse ratificado por um monarca cujo título imperial o situasse politicamente acima de todos os outros reis; e, finalmente, Leão III objetivava tornar Carlos Magno o imperador de todos os territórios cristãos, inclusive de Bizâncio, para combater a iconoclastia⁷ e constituir a supremacia do pontífice romano sobre toda a Igreja. Carlos Magno foi coroado em 25 de dezembro de 800, mas só confrontou Bizâncio com o objetivo de ter seu título imperial reconhecido. (Le Goff, 2002, p. 42).

O acordo com Bizâncio para o reconhecimento do título de Carlos Magno foi firmado em 814, poucos meses antes da sua morte. Os francos devolveram Veneza, mantiveram as terras ao norte do Mar Adriático e o Basileus Leão V, o Armênio, reconheceu o título imperial de Carlos Magno. O imperador procurou administrar o seu território incentivando o uso da escrita, ainda que a maioria dos atos governamentais fossem principalmente orais. Carlos Magno procurou impor sua autoridade em todo o reino franco, editando textos administrativos e legislativos e aumentando o número de enviados pessoais, ou seja, representantes do poder central, a todas as regiões sob o seu domínio. (Le Goff, 2002, p. 43).

O principal recurso administrativo escrito do Império carolíngio eram as capitulares ou ordenanças, que poderiam ser específicas para uma única região ou gerais, como as capitulares de Heristal sobre a reorganização do reino datada do ano de 779, a capitular *De villis*, sobre a administração dos domínios reais, ou a capitular *De litteris colendis*, sobre a reforma do sistema educacional. Outro recurso administrativo adotado

pelo imperador era o envio dos *missi dominici*, pessoas leigas e eclesiásticas encarregadas de uma missão anual para supervisionar os condes e, nas fronteiras, os marqueses ou duques. No topo da hierarquia administrativa havia uma assembleia geral, que reunia anualmente a aristocracia eclesiástica e a leiga em torno do soberano. Esse “parlamento aristocrático” que garantia ao imperador o controle político do reino impunha também os interesses dos aristocratas sobre seus sucessores. Contudo, no início do século IX, a estrutura administrativa do Império Carolíngio entrou em processo de desarticulação provocado pela combinação da ação de agentes externos e internos de desintegração. (Le Goff, 2002, p. 43).

Para Janet L. Nelson, no artigo *Kingship and empire in the Carolingian world*, o período carolíngio foi caracterizado pela consolidação de ideias sobre governança que vinham se constituindo desde o início da Idade Média. No século VIII, contribuições oriundas da Hispânia e insulares foram incorporadas à ideia principal do pensamento político ocidental e, nos séculos IX e X, essa perspectiva influenciou novas formações políticas no Norte e no centro da Europa. Entre os séculos VIII e X, a cristandade latina em expansão foi controlada primeiro pelo Império Franco e depois pelos reinos que o sucederam ou foram influenciados por ele. A criação do Império Franco fortaleceu, em curto prazo, os elementos tradicionais da realeza das sociedades consideradas “bárbaras”, a liderança bem-sucedida das *gentes* guerreiras e ampliou o domínio franco sobre outros grupos sociais. Assim, a ideia hegemônica de Império, na qual um imperador governava muitos reinos, surgiu da experiência política do ocidente do século VIII. Tal contexto reformulou o reino como um ente territorial e sociológico, com a aristocracia compartilhando o poder e a responsabilidade com o rei. A ideia de um Império desvinculado de sua ancoragem gentílica adquiriu universalidade romano-cristã. (Nelson, 1988, p. 52).

No século VIII, os reis francos Pepino, o Breve, e Carlos Magno mobilizaram duas elites, o alto clero da igreja franca e a aristocracia guerreira franca. O compartilhamento de poder foi incorporado à estrutura do Império Carolíngio, embora disfarçado por uma miríade de interesses que evocava prestígio aos governantes os quais, no imaginário social da época, gozavam da aprovação divina. No século IX, surgiram questionamentos sobre essa aprovação divina quando a estabilidade das fronteiras internas e externas gerou uma competição mais acirrada pelo poder. A partir de então, alguns membros da Igreja passaram a esclarecer e qualificar os termos de seu apoio aos reis e imperadores, enquanto

grupos aristocráticos lembravam as noções de direitos e de consentimento que poderiam justificar restrições e até mesmo uma certa resistência ao poder imperial. (Nelson, 1988, p. 52-53).

Na segunda metade do século IX, a exploração econômica mais intensa possibilitou novas concentrações de recursos por parte dos aristocratas, laicos e clérigos, e também dos reis. Os recursos da Igreja estavam tão ligados à estrutura dos reinos, que poucos eclesiásticos podiam se distanciar dos reis, ainda que houvesse protestos clericais contra o domínio real. No entanto, foi a reação dos aristocratas laicos contra a “tirania” que estimulou a articulação mais objetiva e difundida de ideias de resistência coletiva e de representação das comunidades políticas. Para Janet L. Nelson, o período carolíngio foi, portanto, duplamente relevante: na legitimação da realeza e do Império e na elaboração de críticas à concentração do poder político. A teocracia desenvolveu-se, mas desenvolveram-se igualmente as bases elementares do constitucionalismo. (Nelson, 1988, p. 53).

Como vimos, em parte da historiografia especializada predomina a ideia de que a construção do Império Carolíngio se deveu à ação de indivíduos considerados eminentes em função de sua habilidade política e militar. Neste caso, a abordagem elaborada pelos historiadores contemporâneos com base em documentos da época, constituiu um processo identitário do Império Franco pautado na ação individual das personalidades políticas. Veremos, a seguir, as formas administrativas imperiais e a organização da sociedade carolíngia.

A sociedade carolíngia:

Sobre a organização administrativa do Império Carolíngio, Indro Montanelli e Roberto Gervaso afirmam, na obra *Historia de la Edad Media*, que Carlos Martel e Pepino, o Breve, reconstruíram o aparato governamental franco que havia sido desarticulado pelos merovíngios. Segundo os autores, Carlos Magno consolidou sua administração, descentralizando-a, ainda que a mantivesse sob um controle periférico. As instituições fundamentais do Império Carolíngio eram três: o governo central, os governos locais e os funcionários intermediários, ou *missi dominici*. O governo central residia nas várias cidades que ocasionalmente hospedavam Carlos Magno em suas

frequentes viagens. O centro do poder político, no entanto, era o palácio real. (Montanelli; Gervaso, 2002, p. 160).

Os serviços públicos eram identificados com os serviços privados e o imperador e quase sempre se confundiam com o próprio governo central. A propriedade pessoal do soberano era administrada por decretos oficiais. Os poderes de Carlos Magno eram ilimitados e suas decisões eram definitivas. O imperador convocava e presidia o Conselho de Ministros, que era um grupo essencialmente consultivo. Tal conselho era composto pelos secretários do governo, que eram o arquiapelaão, o conde do palácio, o camareiro, o senescal, o copeiro e o condestável. O arquiapelaão, ou ministro do culto era o mestre da capela da escola palatina e da chancelaria, de quem um grupo de notários e arquivistas era dependente. O arquiapelaão ocupava o cargo principal na hierarquia do palácio. O Conde Palatino administrava a justiça e ocupava o cargo de Ministro do Interior. O mordomo era responsável por três áreas administrativas: relações exteriores, finanças e tesouro. O senescal e o copeiro eram os intendentess. O condestável era o chefe dos estábulos e comandante do exército, cuja base era a cavalaria couraçada. (Montanelli; Gervaso, 2002, p. 160).

Os vários governos locais foram incorporados em condados, territórios de tamanhos variados, governados por um conde ou prefeito, nomeado pelo rei. O conde era investido de poderes militares, fiscais e judiciais, enquanto os poderes religiosos eram exercidos pelos bispos que eram dependentes do pontífice. As relações entre bispos e condes reproduziam as relações entre o papa e o imperador. Os condes eram as principais autoridades periféricas. Em tempos de guerra alguns destes condes eram indicados como duques ou marqueses, comandantes das forças militares de um distrito, que, frequentemente eram recrutadas entre a população de um ou mais condados. (Montanelli; Gervaso, 2002, p. 160).

O governo local estava sob o controle dos *missi dominici* ou inspetores reais. Sua instituição era a base da administração carolíngia. Ao contrário dos condes, que eram cargos permanentes, os *missi dominici* eram delegados temporários, recrutados em proporções iguais entre a alta burocracia leiga e a eclesiástica, tendo a função de avaliar as atividades administrativas dos condes. Os *missi dominici* não exerciam apenas funções de fiscalização e controle, podendo também atuarem de forma discricionária, invocando a força pública e invalidando a nomeação ou demitindo qualquer funcionário inferior ao conde. No caso da vacância do cargo de conde, os *missi dominici* assumiam tais funções

de forma interina. Estes também possuíam autoridade em questões judiciais, avaliando recursos de casos considerados “mal julgados”. Os *missi dominici* não eram remunerados e viviam das doações realizadas pelos habitantes do condado, cujos direitos procuravam garantir, recebendo em troca o juramento de fidelidade ao imperador, ou *sacramentum fidelitatis*, que geralmente era realizado em uma igreja, na presença das relíquias de uma pessoa reputada santa. (Montanelli; Gervaso, 2002, p. 160-161).

Do *sacramentum fidelitatis* originavam-se três deveres, a saber: o serviço militar, o pagamento de impostos e o bando. O serviço militar era um dever privado. Os cidadãos cuidavam pessoalmente de seu próprio equipamento, na medida de suas propriedades de terra, calculadas com base no *manso*, que era uma quantidade de terra suficiente para sustentar uma família. Aqueles que possuíam menos de quatro *mansos* eram dispensados do serviço militar. Os proprietários de terras e os grandes mosteiros forneciam um número de soldados proporcional ao número de *mansos* dividido por quatro. Aqueles que se opunham à cobrança eram obrigados a pagar uma multa. O recrutamento era realizado por condado. A mobilização ocorria no território mais próximo do local dos combates. As tropas tinham permissão para saquear os territórios conquistados, como uma forma de compensação parcial pelas despesas incorridas na atividade militar. Aqueles que renunciavam às suas propriedades e se juntavam a uma ordem religiosa eram dispensados do recrutamento. Todavia, a ordem religiosa era obrigada a nomear um laico para ocupar seu lugar e prover seu sustento e armamento. O exército era formado por soldados de infantaria e cavaleiros. As pessoas de poucos recursos lutavam a pé. Os bem-nascidos, a cavalo. (Montanelli; Gervaso, 2002, p. 161).

A segunda obrigação decorrente do *sacramentum fidelitatis* era o pagamento de impostos, que eram diretos e indiretos. Os primeiros incluíam o tributo familiar e os presentes anuais, que o conde entregava ao imperador durante as assembleias gerais. Nessas reuniões, que geralmente ocorriam no início do ano, os principais problemas do reino eram discutidos e as decisões militares eram tomadas. Os impostos indiretos, que eram coletados por agentes fiscais chamados “telonários”, eram cobrados sobre as vendas no mercado, pedágios de pontes e assim por diante. Por fim, o bando envolvia a obrigação de participar das corveias, que eram a prestação de serviço gratuito de utilidade pública. (Montanelli; Gervaso, 2002, p. 161).

O historiador Perry Anderson acrescenta, na obra *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*, que a história da sociedade feudal teve início com a formação do Império

Carolíngio. Foi nesse período, segundo o autor, que foram criados os fundamentos desta sociedade. A expansão promovida por Carlos Magno não foi apenas caracterizada por uma ampliação do território e suas aspirações imperiais promoveram do mesmo modo um renascimento cultural e administrativo em todo o ocidente medieval. (Anderson, 2016, p. 153).

Dentre as inovações ou reformas implementadas pelos francos é possível destacar a cunhagem de moedas, que passou a ser padronizada e controlada pelo governo imperial, a renovação na Literatura, na Filosofia, nas Artes e na Educação. Contudo, para Perry Anderson, a principal inovação carolíngia foi a criação gradual das instituições fundamentais para o desenvolvimento posterior do Feudalismo. (Anderson, 2016, p. 154-155). Uma destas instituições, criada ainda pela dinastia merovíngia, foi o *beneficium*, que era caracterizado pelo ato de distribuir propriedades em troca de apoio militar e político. Mais tarde, os francos passaram a confiscar os bens da Igreja para distribuí-los aos exércitos como forma de doação. Pepino III, no entanto, recompensou a Igreja com a introdução do dízimo como uma forma de tributo geral do reino. Porém, foi Carlos Magno quem teria estabelecido a síntese entre as doações de terra e os laços de obrigações pessoais. A partir do século VIII, a vassalagem (homenagem pessoal) e o *beneficium* (doação de terras) foram se fundindo gradualmente. No século IX, o *beneficium* associou-se cada vez mais à noção de honra, com função e jurisdição públicas. A partir de então, a distribuição das terras por parte dos governantes deixou de ser uma simples doação para se tornar uma forma de arrendamento condicionado à troca de obrigações estabelecidas mediante a execução de um ritual de juramento. (Anderson, 2016, p. 155).

Um grupo social, denominado *vassi dominici*, recebia o *beneficium* diretamente de Carlos Magno e formava o conjunto dos proprietários de terras responsáveis ainda pela constituição do núcleo do exército carolíngio, convocados anualmente para combater nas campanhas militares expansionistas do imperador. No entanto, esse sistema estendia-se para além da questão da lealdade ao imperador. Outros vassalos recebiam o *beneficium* dos vassalos do soberano. Ao mesmo tempo, as “imunidades” (isenções jurídicas), que antes eram privilégio da Igreja, estenderam-se entre os cavaleiros seculares. Dessa forma, os vassalos detentores de “imunidades” ficavam protegidos da interferência do governo central sobre suas terras, resultando no surgimento do “feudo”, uma doação de terras investida de poderes políticos e jurídicos em troca do serviço militar. Segundo Perry Anderson, demorou mais um século para que este sistema de feudos pudesse se

estabelecer no Ocidente, mas suas bases foram lançadas ainda durante o reinado de Carlos Magno. (Anderson, 2016, p. 156).

Do ponto de vista econômico, o Império Carolíngio era um território fechado com um incipiente comércio exterior e com uma circulação monetária bastante reduzida. A solução para esse isolamento econômico foi a criação do *sistema senhorial*. A *villa*, no reinado de Carlos Magno, era uma autarquia composta por uma sede e uma variedade de pequenos lotes em mãos de camponeses. A produção agrícola, no entanto, era relativamente baixa. O *mansus indomiticatus*, a reserva senhorial, abrangia cerca de 25% da área total da *villa* e a parte restante era cultivada pelos *servi* ou *mancipia*, estabelecidos em pequenos *mansi*. Estes formavam a maior parte da força de trabalho rural. Os *mancipia* do Império Carolíngio eram compostos por famílias de camponeses vinculadas à terra que tinham por obrigação realizar o pagamento em espécie ou em serviço aos seus senhores em troca do uso da mesma. Havia também, neste período, os *rendeiros*, camponeses livres, que deviam obrigações e serviços, mas sem constituir uma relação de dependência servil. Entretanto, estes últimos não eram muito comuns. (Anderson, 2016, p. 157).

Ainda de acordo com Perry Anderson, após a morte de Carlos Magno, as bases do sistema feudal já haviam sido estabelecidas. A disseminação do *beneficium* e a progressiva hereditariedade do sistema reduziam o poder central carolíngio. A unidade interna do Império foi desarticulada em virtude das guerras civis dinásticas. Ademais, os ataques externos vindos de todas as regiões desarticularam o que ainda restava do sistema imperial de governo. Não havia marinha ou um exército permanente capaz de resistirem aos ataques dos vikings, sarracenos e magiares e a aristocracia carolíngia desapareceu por conta dos embates internos entre grupos rivais que almejavam alcançar o poder. (Anderson, 2016, p. 157).

Os pesquisadores M. Abramson, A. Gurevitch e N. Kolesnitski também analisaram a organização social do Império Carolíngio, na obra *História da Idade Média – A Alta Idade Média*. Os autores afirmam que Carlos Magno governava o Império com o auxílio de servidores reais, mas rejeitam a ideia de que havia algum tipo de conselho real. Os auxiliares do imperador eram convocados apenas quando este julgava necessário. As vastas regiões do Império eram administradas com o auxílio dos condes e as províncias fronteiriças eram governadas pelos margraves, comandantes militares designados para esta função. Os condes quase não estavam submetidos ao poder real e utilizavam seus

privilégios para obter ganhos econômicos pessoais e para submeter as populações locais. (Abramson; Gurevitch; Kolesnitski, 1978, p. 111).

Como vimos, os serviços prestados ao imperador eram remunerados mediante a doação de terras. Contudo, os condes, além de receberem o *beneficium*, tinham o direito a uma parte das multas judiciárias. Todos os súditos do Império estavam obrigados a prestar algum tipo de serviço, seja na construção civil, seja oferecendo hospedagem, seja na prática do serviço de guarda. Os recursos econômicos do Império tinham origem nos despojos de guerra, nas multas judiciárias, nas taxas, no direito de expor mercadorias para a venda e, em menor proporção, nos impostos. (Abramson; Gurevitch; Kolesnitski, 1978, p. 112).

Carlos Magno também promoveu uma reforma judiciária e militar. Segundo M. Abramson, A. Gurevitch e N. Kolesnitski, durante a dinastia merovíngia havia assembleias públicas e mobilização social em grande escala, mas tudo isso foi abolido durante o reinado de Carlos Magno. A população comum não tinha a obrigação de comparecer a todas as assembleias judiciárias. A maioria das sessões dos tribunais era obrigatória apenas para um grupo de jurados composto pela Aristocracia, nomeado pelo governo imperial. Os condes presidiam os tribunais. Ao ser desobrigada de comparecer aos tribunais, a população comum deixou de ter influência sobre as questões jurídicas, que se tornaram exclusividade dos magistrados do Império e dos grandes proprietários que acumulavam cada vez mais privilégios, utilizando o serviço judiciário para fortalecer sua condição social. A reforma militar promovida pelo imperador teve caráter análogo. O sistema de distribuição do *beneficium* concentrou a atividade militar no grupo dos grandes proprietários. Carlos Magno determinou que todos aqueles que possuíam mais de quatro *mansi* eram obrigados a prestar o serviço militar. Os menos abastados deveriam se associar até reunirem o equivalente a quatro *mansi* e equipar em conjunto um cavaleiro para a guerra. Essa reforma, além de aliviar a situação dos súditos com menos recursos, privou os camponeses da sua liberdade, inserindo-os numa relação de dependência junto dos grandes proprietários agrários. (Abramson; Gurevitch; Kolesnitski, 1978, p. 113).

No processo historiográfico de construção da identidade carolíngia acrescenta-se também a questão da valorização cultural como uma característica distintiva do Império. Ainda que tenha obtido um alcance limitado, o Renascimento Carolíngio é, por vezes, descrito como um símbolo da civilidade franca, considerada a legítima protetora e guardiã

dos valores da cristandade. Todavia, esse Império teve suas estruturas abaladas após a morte de Carlos Magno e o processo de declínio não tardou a começar.

O fim do Império Carolíngio

Georges Duby analisou, na obra *Guerreros y campesinos – Desarrollo inicial de la economía europea, 500-1200*, as consequências econômicas das invasões que levaram ao fim do Império Carolíngio. Segundo o autor, o desenvolvimento econômico do Ocidente medieval está relacionado ao contexto das últimas invasões que a Cristandade latina sofreu a partir do final do reinado de Carlos Magno. Essas invasões foram consideradas responsáveis por uma ruptura econômica, tanto por aqueles que viam no período carolíngio a última fase da desintegração progressiva do sistema herdado da Antiguidade, quanto por aqueles que atribuíam à época de Carlos Magno o início do crescimento econômico. Tais diferenças de análises podem ser explicadas pelo fato de haver uma grande lacuna na documentação. Após um período de redação abundante de textos sobre a atividade econômica, escritos no contexto do Renascimento Cultural carolíngio, houve uma época de retração na produção da documentação por mais de um século, o que limitou o conhecimento histórico sobre o assunto. No entanto, para Georges Duby, a análise dos poucos documentos que sobreviveram até os dias atuais permite revisar essa matriz historiográfica tradicional, considerando que a continuidade da atividade mercantil não foi interrompida, que o movimento de desenvolvimento econômico, cujo início pode ser constatado a partir de 800, não foi desacelerado, sendo inclusive estimulado em algumas áreas. Esse contexto leva o autor a considerar o período que começa nas primeiras décadas do século IX e continua até meados do século XI, como o de uma unidade do ponto de vista das atividades econômicas. (Duby, 2009, p. 147-148).

Segundo Georges Duby, para explicar as consequências econômicas das invasões, é preciso considerar que a Cristandade latina possuía muitos atrativos para os atacantes, em virtude do acúmulo de recursos materiais reunidos pelo clero e pela nobreza. Os ataques dos séculos IX e X foram perpetrados por pessoas que, em sua maioria, faziam parte da aristocracia guerreira de suas respectivas sociedades e que buscavam prestígio e riquezas como forma de provar a sua coragem. Por fim, alguns líderes vikings, sobretudo depois de meados do século IX, vislumbraram a possibilidade de se estabelecer nos

territórios invadidos. Para o autor, grande parte dos invasores buscava prestígio, bens materiais para serem redistribuídos em troca de apoio político, escravos para o trabalho doméstico e terras para o cultivo. (Duby, 2009, p. 149-150).

No entanto, ainda de acordo com Georges Duby, a principal causa destas últimas invasões que a Europa sofreu neste período pode estar associada à inferioridade militar do Ocidente. O exército franco, eficaz contra soldados de infantaria que utilizavam armas simples e defensivas, era pesado, complexo para mobilizar e inábil para enfrentar ataques rápidos e imprevistos. Os invasores, por outro lado, dispunham de recursos militares que lhes davam certa vantagem em relação aos francos: os cavalos dos magiares e os navios dos vikings. Os primeiros saqueadores surgiram em uma frente marítima que não estava preparada para a guerra e não houve resistência. Os ataques marítimos provocaram pânico e aceleraram a desintegração do Império. Dessa forma, a aristocracia franca, que por gerações dependeu da vitória na guerra como a principal fonte de sua riqueza, foi obrigada a ceder seus bens materiais aos invasores. Para Georges Duby, é a diferença dos recursos militares que explica essa mudança política abrupta. (Duby, 2009, p. 150-151).

Sobre os efeitos da invasão, Georges Duby afirma que a maioria das cidades resistiu aos invasores, mas suas características foram modificadas. Durante o período de estabilidade carolíngia, as muralhas foram utilizadas como recursos para a construção das novas catedrais, cujo tamanho provocou o afastamento das atividades econômicas para a periferia do centro das cidades. A partir de meados do século IX, fortificações começaram a ser construídas em torno das cidades ou dos mosteiros suburbanos das cidades. A função defensiva tornou-se o principal suporte para o desenvolvimento urbano, atraindo pessoas do campo com sua riqueza para as cidades. Esse movimento de concentração acumulou nas fortalezas e nos santuários preservados, os recursos para o posterior desenvolvimento econômico. Dessa forma, houve uma continuidade da atividade econômica nas cidades que foi, de certa forma, estimulada pelas invasões aos territórios sob o domínio dos francos. (Duby, 2009, p. 155).

A maior consequência das invasões, segundo Georges Duby, foi aquela causada nas instituições culturais e, sobretudo, nos mosteiros. Segundo o autor, esse seria o motivo pelo qual este período dispõe de poucos documentos escritos. A ruptura entre o *Renascimento Carolíngio* e a renovação do século XI pode ser constatada no nível da produção documental. No entanto, Georges Duby lembra que as descobertas arqueológicas esclareceram alguns aspectos da vida econômica, incluindo a cunhagem de

moedas. Essas descobertas permitiram identificar, nas regiões que antes das invasões escandinavas estavam à margem da Europa cristianizada, algumas características de um sistema econômico que, até certo ponto, era semelhante àquele que estava vigente no Ocidente cristão entre os séculos VII e VIII. Como consequência da combinação entre os benefícios da pilhagem e da lenta transformação política, esse sistema econômico pareceu, no decorrer da Idade Média, estar em vias de pleno processo de desenvolvimento. (Duby, 2009, p. 159).

Entretanto, Jaques Le Goff adverte, na obra *La civilización del Occidente Medieval*, que o Império Carolíngio foi desarticulado mais por questões internas do que pelos ataques dos invasores. Os francos, apesar de tentarem assumir o patrimônio político de Roma, não conseguiram adquirir o mesmo senso de organização administrativa. Os reis francos consideravam o reino como sua propriedade pessoal. Esse reino, que pertencia a eles, era dividido entre seus herdeiros. Carlos Magno, mesmo restaurando o Império, também o dividiu entre seus três filhos, como descrito na *Ordinatio* de Thionville em 806. Após a morte de Carlos Magno, cujos filhos Pepino e Carlos haviam morrido antes dele, Luís assumiu a condição de único senhor do Império. Bernard, sobrinho de Carlos Magno, que havia recebido o governo da Itália de seu tio, conseguiu mantê-lo, mas prestou juramento de fidelidade a Luís, o piedoso. (Le Goff, 1999, p. 45-46).

Em 817, Luís, o piedoso, tentou resolver o problema da sua sucessão por meio de uma *Ordinatio*, conciliando a tradição da divisão com a unidade imperial: o monarca dividiu o território entre seus três filhos, mas garantiu a preeminência imperial do primogênito, Lotário. O nascimento tardio de um quarto filho, Carlos, a quem Luís queria deixar uma parte do Império, provocou questionamentos sobre a *Ordinatio* de 817. As rebeliões dos filhos contra o pai, os embates dos filhos entre si, as novas divisões, todos esses eventos ocorreram durante o reinado de Luís, o piedoso, que perdeu, por esse motivo, a sua autoridade. Após sua morte em 840, os conflitos e divisões permaneceram. Em 843, uma nova divisão ficou estabelecida por meio do Tratado de Verdun: Lotário, o primogênito, recebeu os territórios que se estendiam do Mar do Norte até o Mediterrâneo, incluindo Aachen, símbolo do Império Franco, e a Itália, ou seja, a proteção de Roma; Luís recebeu os territórios orientais e tornou-se Luís, o Germânico; Carlos, chamado de o Calvo, recebeu os territórios ocidentais. Em 870, ocorreu uma nova divisão em Meerssen: Carlos, o Calvo, e Luís, o Germânico, dividiram a Lotaríngia, com exceção da

Itália, que permaneceu sob o controle de Luís II, filho de Lotário I e nominalmente imperador. Após uma nova divisão, estabelecida em Ribemont em 880, que vinculou a Lotaríngia ao leste da França, a unidade do Império pareceu ser restaurada momentaneamente sob o comando de Carlos, o Gordo, terceiro filho de Luís, o Germânico, imperador e rei da Itália, rei único da Germânia e rei do oeste da França. No entanto, após sua morte em 888, ocorreu um acelerado processo de esfacelamento dessa unidade carolíngia recém-estabelecida. (Le Goff, 1999, p. 45-46).

O título imperial, com exceção do carolíngio Arnulfo da Caríntia, foi mantido apenas pelos reis italianos e desapareceu em 924. No oeste da França, a realeza, mais uma vez eletiva, alternou entre reis carolíngios e reis da família de Eudes, conde da França, ou seja, da Ile de France, considerado responsável pela resistência de Paris em 885-886 contra os normandos. Na Germânia, a dinastia carolíngia chegou ao fim com Luís, o Menino em 911, e a coroa real, que também era concedida por eleição, foi para o duque Conrado da Francônia e, depois, para o duque da Saxônia, Henrique I, o Passarinheiro. Seu filho, Otto I, foi o fundador de uma nova linhagem imperial. (Le Goff, 1999, p. 45-46).

Todas essas divisões e esses embates internos por mais que tenham se desenvolvido rapidamente, tiveram consequências permanentes. Em primeiro lugar, a divisão estabelecida pelo Tratado de Verdun, em 843, considerou exclusivamente as realidades econômicas da época. Tratava-se de garantir a cada um dos três irmãos uma parte de cada uma das faixas territoriais vegetais e econômicas que compunham a Europa. Como um problema de relações entre o norte e o sul, entre Flandres e a Itália, entre a Hansa e as cidades mediterrâneas, as rotas alpinas, a rota do Reno, a rota do Ródano, a importância dos eixos norte-sul começou a ser considerada num contexto de formação da Europa que não estava centrada no Mediterrâneo e na qual a circulação era orientada de leste a oeste. (Le Goff, 1999, p. 46).

Mais tarde, houve o estabelecimento do esboço do que viriam a ser as futuras nações europeias: a França Ocidental, que se tornou a França propriamente dita; a França oriental, que se tornou a Germânia e que, sem uma fronteira, exceto ao norte, foi impelida para o oeste, ultrapassando a Lotaríngia, que por séculos foi objeto de disputa entre a França e a Alemanha, herdeiras da rivalidade dos netos de Carlos Magno. (Le Goff, 1999, p. 46-47).

Esses embates internos, bem como as invasões, favoreceram a fragmentação da autoridade e do poder imperial, o que foi, segundo Jacques Le Goff, mais importante do que a fragmentação territorial e política dos reinos. Os aristocratas monopolizaram o poder econômico, as terras e, conseqüentemente, a administração pública. Os novos senhores eram eclesiásticos e laicos com cada vez mais privilégios. Esse poder econômico facilitou a concentração dos poderes públicos pelos grandes proprietários de terras, como resultado de um processo iniciado, ou pelo menos incentivado, por Carlos Magno e seus sucessores. Para constituir o reino franco, Carlos Magno promoveu doações de terras em troca da lealdade dos seus vassallos. O imperador acreditava que, com esses laços de dependência pessoal, poderia garantir a estabilidade do Império. Para que toda a sociedade estivesse ligada ao rei ou ao imperador por uma rede de subordinações pessoais estreitas, Carlos Magno incentivou os vassallos reais a reunir todos os seus subordinados em torno de sua própria vassalagem. As invasões consolidaram essa forma de organização social, porque a ameaça externa forçou aqueles que não podiam se proteger a buscarem auxílio junto aos grandes proprietários, uma vez que, em troca da doação dos benefícios, os reis exigiam apoio militar de seus vassallos. A partir de meados do século IX, o termo *miles* passou a ser utilizado como substituto do termo *vassus* para designar um vassallo. Esse processo teve como consequência o estabelecimento da hereditariedade dos benefícios. Tal costume foi estabelecido na prática, mas foi apenas ratificado em 877 pela Capitular de Quierzy-sur-Oise, na qual Carlos, o Calvo, ofereceu garantias a seus vassallos para salvaguardar o direito de herdar o benefício paterno de filhos jovens ou ausentes cujo pai havia morrido. Os vassallos, aproveitando a natureza hereditária do benefício, consolidaram-se como um grupo social específico. (Le Goff, 1999, p. 47).

Ao mesmo tempo, as necessidades econômicas e militares que permitiam aos grandes proprietários de terras, sobretudo se fossem condes, duques ou marqueses, tomarem iniciativas, começaram a tornar o senhor feudal um intermediário entre seus vassallos e o rei. No início do século IX, Carlos Magno enfrentou a recusa do serviço militar por parte de alguns dos seus vassallos sob o pretexto de que seu senhor não havia sido convocado e que eles deviam isso a ele. Os aristocratas que, assim como os condes, eram investidos de poderes derivados de sua função pública, demonstravam uma tendência a confundi-los com os direitos que tinham como senhores de seus vassallos. Segundo Jacques Le Goff, a estratégia carolíngia não estava equivocada. Os reis e imperadores conseguiram manter certa soberania entre os séculos X e XIII, em virtude

do fato de que os aristocratas, tendo se tornado seus vassallos, não podiam abdicar das obrigações adquiridas por meio de um ritual de juramento de fidelidade. A questão mais importante no período carolíngio para a sociedade medieval foi que, a partir de então, cada pessoa se tornava cada vez mais dependente do seu senhor, e essa condição era ratificada pela legislação da época. O fundamento do poder político era cada vez mais a propriedade da terra e o fundamento da moral era o juramento de fidelidade. (Le Goff, 1999, p. 47-48).

Mayke de Jong afirma, no artigo intitulado *The Empire that was always decaying: the Carolingians (800-888)*, que de acordo com uma tendência da historiografia atual, o Império Carolíngio não durou nem mesmo um século e estava em constante estado de decadência, quase que desde o momento da sua formação. O auge imperial ainda é associado exclusivamente a Carlos Magno, que foi o único imperador carolíngio com quem os monarcas posteriores buscaram se identificar. Quando Carlos Magno morreu, em 814, e seu filho Luís, o piedoso, o sucedeu, a situação política do Império piorou rapidamente. Para Mayke de Jong, o declínio imperial já havia começado, provavelmente, em 830 quando Luís, o piedoso, enfrentou sua primeira rebelião⁸ ou, no mais tardar, após a sua morte, em 840, e a subsequente divisão do Império entre seus filhos por meio do Tratado de Verdun de 843. A partir de então, a história imperial carolíngia foi caracterizada por uma disputa constante entre os integrantes da dinastia. O último imperador carolíngio considerado legítimo, foi Carlos, o Gordo, deposto em 888. (De Jong, 2015, p. 7).

Ao analisar o contexto do século IX, Mayke de Jong aponta algumas reflexões sobre o conceito de *imperium* utilizado pelos carolíngios e a sua decadência, descrita por intelectuais da segunda metade daquele século. Segundo a autora, naquela época havia uma percepção que expressava um sentimento de perda e nostalgia por um passado carolíngio considerado glorioso e pacífico, quando *Augustus* (Carlos Magno ou Luís, o Piedoso) ainda tinha o controle político sobre o Império. Essas referências a um mundo imperial mais antigo e ordenado, que se perdeu após a divisão ratificada pelo Tratado de Verdun de 843, têm sido utilizadas em pesquisas atualmente como evidências do declínio do Império. Contudo, Mayke de Jong adverte que foi justamente durante esse período de decadência, a partir da década de 840, que o imaginário sobre o *imperium* carolíngio foi expresso, em meio a muitos lamentos sobre aquele presente que para muitos se apresentava como sombrio. As divisões, os conflitos e a agitação política provocaram a

expressão do sentimento de esperança e as aspirações sobre a recuperação do mundo perdido de um governo imperial unido. Para a autora, não é possível atestar que esses ideais já estariam presentes no imaginário das gerações anteriores, uma vez que eles não foram articulados de forma tão objetiva quanto no período da chamada decadência do Império Carolíngio. Segundo a autora, no entanto, é possível afirmar que esse discurso de unidade e grandeza imperiais perdidas fazia parte da realidade política da segunda metade do século IX. (De Jong, 2015, p. 8-9).

No contexto do século IX, o conflito era uma característica tão comum da política quanto o consenso, e era a motivação de muitas das reflexões mais articuladas sobre a sua natureza e coesão. O vocábulo *imperium* não se referia tanto a uma unidade territorial definida quanto ao exercício da autoridade imperial pelos integrantes da dinastia carolíngia que ostentavam o título de *augustus imperator*. O que estava em disputa entre os anos de 830 e 833 era o consenso entre Luís, o piedoso, e seus filhos, incluindo seu co-imperador Lotário, e não a “unidade do império”. No sentido territorial da palavra, esse Império terminava onde o culto cristão não era mais praticado. Suas fronteiras eram tanto litúrgicas quanto políticas: o modelo considerado correto de rito batismal determinava a participação na comunidade política. No centro do que pode ser chamado de Império Carolíngio estava a proteção do governante a um *cultus divinus*, sancionado divinamente, e o dever de estendê-lo e impô-lo nos limites do Cristianismo sob o domínio imperial franco. (De Jong, 2015, p. 14-15).

Esse discurso imperial-cristão surgiu de forma amplificada durante o reinado de Luís, o piedoso, e só se tornou conhecido após 840, quando o declínio do Império já era um fato. O discurso imperial do século IX apoiou as narrativas historiográficas modernas sobre o seu declínio, pois, além dos triunfalistas, também apresentava queixas sobre a perda da unidade e do propósito moral que outrora existira. Essas narrativas são mais bem compreendidas como testemunhas de uma consciência crescente de como deveria ser uma política cristã unida e sua liderança, com ideias que foram ainda mais articuladas por meio da série de crises dinásticas que começaram no início da década de 830 e que se estenderam até o final da década de 880. (De Jong, 2015, p.15).

Na documentação em questão, as expressões *regnum* e *imperium* eram frequentemente usadas de forma intercambiável, como é o caso de uma breve referência ao império carolíngio nas frases iniciais da *Gesta Karoli*, escritas pelo monge Notker, o Gago, de São Galo, entre 885 e 887, pouco antes da deposição do último imperador, em

888. Notker de São Galo não tinha como prever o que estava por vir e, portanto, sua adaptação do sonho do rei Nabucodonosor⁹ é imperialista, embora ele tenha escrito sobre *regnum*, em vez de *imperium*: depois de esmagar a estátua de chumbo e argila que simbolizava as quatro potências mundiais anteriores, incluindo o Império Romano, a divindade teria criado outra com os carolíngios em sua cabeça. Carlos Magno representava “a cabeça de ouro de uma segunda e não menos notável estátua”. Notker de São Galo referia-se aos bizantinos e aos habitantes da cidade de Roma; enquanto esses últimos habitualmente se opunham a qualquer pessoa importante ligada à sede apostólica, Carlos Magno era descrito como o defensor da Igreja romana. Esse texto apresenta conotações escatológicas e também faz parte do imaginário imperial franco daquele período. (De Jong, 2015, p.15).

A terminologia acerca do Império permaneceu fluida. Eginhard foi uma das suas testemunhas, justamente porque sua observação de que Carlos Magno nunca teria entrado na Basílica de São Pedro no dia de Natal de 800, se soubesse que havia um plano do Papa para coroá-lo, tem sido frequentemente apontada como demonstração da ambivalência franca em relação ao título imperial. No entanto, a *Vita Karoli* de Eginhard é um documento importante do governo imperial: Carlos Magno foi descrito como protetor dos cristãos do Oriente, incluindo Jerusalém, Alexandria e Cartago. (De Jong, 2015, p. 16).

O texto de Eginhard, inspirado na biografia de Augusto escrita por Suetônio, deixa transparecer que o Império modelo do passado não era o da antiga Roma do período clássico, mas o seu sucessor cristão do final da Antiguidade, que surgiu em 313. O Império de Constantino e, acima de tudo, de Teodósio e Ambrósio, serviu de inspiração para a construção da história imperial ideal para os autores francos. Como essa também foi a época dos Pais da Igreja (Jerônimo, Ambrósio e Agostinho) sobre os quais a exegese bíblica carolíngia foi construída, esse passado imperial cristão atuava de forma muito semelhante à história bíblica no imaginário social daquele período, como uma comunidade imaginada que constantemente interferia no presente. Mayke de Jong adverte que, ao avaliarmos as lamentações dos intelectuais do século IX sobre a “decadência do império”, é necessário considerarmos que os parâmetros bíblicos e o da antiguidade imperial eram a base de todos os julgamentos de declínio no passado carolíngio mais recente e, muitas vezes, eram considerados mais importantes do que a história contemporânea. A questão fundamental na reflexão política da época era: “onde e quando

ficamos aquém desses exemplos ilustres de um passado considerado glorioso?” (De Jong, 2015, p. 16).

O imaginário sobre a autoridade imperial do passado não surgiu repentinamente em 800, ainda que suas bases já tivessem sido lançadas. Portanto, é possível compreender porque a declaração de Notker de São Galo date do período o qual os historiadores contemporâneos considerem ser o do fim do Império Carolíngio. O discurso sobre o Império em termos de *ecclesia* foi iniciado por exegetas da Bíblia, como Hrabanus Maurus e adotado por aqueles que redigiram as capitulares e os atos conciliares de Luís, o piedoso, mas só se consolidou após a morte desse imperador, em 840, e a consequente luta pelo poder entre seus três filhos. Naquela época, observou-se que os três herdeiros de Luís, o Piedoso, não iriam governar de forma consensual. As primeiras referências a esse mundo perdido, talvez infundido com nostalgia, mas ainda real para os atores políticos que se tornaram autores que dele fizeram parte, datam das décadas de 840 e 850. A Vida de Luís, o Piedoso, escrita por um autor anônimo comumente conhecido como o Astrônomo, em virtude do seu interesse por questões astronômicas, é um exemplo; o relato de Nitardo, neto de Carlos Magno, sobre a disputa entre os filhos de Luís, o Piedoso, entre 840 e 843, é outro. Tanto para o Astrônomo quanto para Nitardo, o *imperium* era um conceito-chave, não como uma noção territorial, mas como a autoridade conjunta daqueles que participavam do governo imperial. (De Jong, 2015, p. 17)

No entanto, essas não são as únicas narrativas produzidas após a morte de Luís, o piedoso, em 840, que buscaram compreender as disputas dinásticas durante e logo após o seu reinado. Para Mayke de Jong, o texto mais importante é o *Epitaphium Arsenii* de Pascásio Radberto, abade de Corbie. Como no caso das histórias de Nitardo, o *Epitaphium Arsenii* influenciou o debate historiográfico contemporâneo sobre o declínio do Império carolíngio, mas a circulação desses textos em sua própria época era bastante limitada. Essas obras foram escritas para um círculo restrito de pessoas ligadas à corte, incluindo os próprios governantes. Seus autores se sentiam marginalizados e protestavam contra os detentores do poder, apelando para seus pares e invocando os valores que todos aqueles ligados à dinastia carolíngia ainda compartilhavam, independentemente da agitação política e das lealdades conflitantes daquela época. (De Jong, 2015, p. 17-18).

De acordo com Mayke de Jong, para autores como o Astrônomo, Nitardo e Radberto, havia, às vezes, uma dimensão territorial para o *imperium*, mas muitas vezes esse conceito referia-se ao exercício imperial da autoridade, sob a égide de um imperador.

Radberto sempre se referiu a Luís, o Piedoso, como “César” ou “Augusto”. O segundo livro do *Epitaphium* foi escrito duas décadas após o primeiro, em meados de 850, e trata principalmente da atuação do primo de Carlos Magno, o abade Wala de Corbie nas duas rebeliões contra Luís, o Piedoso. Radberto, que foi discípulo de Wala, o defendeu com veemência após a sua morte, em 836, e teceu a sua narrativa sobre a luta do seu mestre pela unidade de “todo o império”, no sentido do governo imperial conjunto de Luís, o piedoso, e seu filho mais velho, Lotário. Este último era o co-imperador de seu pai desde 817, uma configuração imperial que havia sido iniciada por Carlos Magno, em 813, quando, um ano antes de sua morte, tornou seu filho remanescente, Luís, o piedoso, também um co-imperador. No discurso de Radberto, *imperium* e *regnum* são conceitos complementares e sobrepostos, como se depreende no excerto sobre a enumeração dos motivos de Wala para se envolver na rebelião de 830 (De Jong, 2015, p. 18):

“Porque não há ninguém tão insano que possa chamar de pecado agir com conselho sagrado, pela fidelidade, pela vida de César, pelos filhos e pelo governo imperial (imperio), pela salvação do povo e pela libertação da pátria, pela justiça e pelas leis dos imperadores (augusti), pela estabilidade e unidade do reino (regnum) e pela concórdia da paz, para evitar vícios e abominações, por causa do adultério, que é o pior deles, e por causa do abuso de todo o império” (imperium). (Pascásio Radberto - Epitaphium Arsenii)

Essa é apenas uma das muitas narrativas, nas quais os termos *regnum* e *imperium* possuem mais do que uma conotação territorial. Radberto lamentou que a unidade imperial já houvera se perdido. Essa unidade era, acima de tudo, o consenso entre os governantes carolíngios e seus líderes, chamados por Radberto de *senatus* ou *senatores*. No entanto, no plano de fundo dessa recente luta pelo Império, havia outro passado mais importante: o Império cristão do fim da Antiguidade. Ao usar pseudônimos para seus protagonistas políticos, como Justiniano (Luís), Justina (Judite), Honório (Lotário) e assim por diante, Radberto evocou uma autoridade imperial baseada na tradição. (De Jong, 2015, p. 18-19).

As questões levantadas por Radberto no segundo livro do Epitáfio eram relevantes para todos aqueles que haviam presenciado os embates políticos do início da década de 830 e ainda estavam debatendo o seu significado duas décadas depois. Para Radberto, a unidade imperial do passado perdeu-se porque ninguém na época havia considerado as advertências de Wala, o que fez com que “até hoje, nenhum dos governantes possa mostrar à comunidade o caminho para a justiça” (Paschasius Radbertus, *Epitaphium*

Arsenii, II, 6). Portanto, esse texto era, na prática, um “epitáfio de uma era”, mas também foi uma das declarações mais articuladas sobre o que um governo imperial deveria implicar. Esse governo sobrepunha-se em grande parte à *ecclesia*, mas a questão era como manter separadas as duas ordens. O domínio secular e o clerical deveriam permanecer distintos, de modo que pudessem operar em um modo complementar. Sem essa distinção, não haveria cooperação sob a égide de um monarca legítimo. (De Jong, 2015, p. 19)

Atualmente, o *Epitaphium Arsenii* é um dos principais documentos para a interpretação de que o declínio do Império Carolíngio começou com os conflitos fratricidas do reinado de Luís, o piedoso. As narrativas e os textos normativos do século IX ofereceram muitas informações para os historiadores contemporâneos que viram a decadência do Império em toda parte ou que consideraram o título imperial supérfluo para o já bem-sucedido governo de Carlos Magno. (De Jong, 2015, p. 20).

Por fim, podemos observar, principalmente a partir das análises de Mayke de Jong, que os nobres e clérigos francos do século IX, que redigiram os documentos acerca daquela conjuntura de instabilidade política, evocaram um período anterior no qual teria havido uma suposta unidade e uma hegemonia imperial a partir de um consenso em torno dos imperadores. Entendemos que, em certas conjunturas, a construção imaginária de um passado considerado glorioso pode ser um indicativo das vicissitudes do presente.

Considerações Finais:

O estudo sobre o Império Carolíngio aponta para uma questão que consideramos relevante, a saber: os documentos utilizados pelos historiadores contemporâneos são constituídos por repositórios de narrativas de memórias construídas por clérigos e aristocratas que, da sua condição social, conservaram os relatos inerentes às ações de pessoas consideradas eminentes. Assim, o passado carolíngio, reconstruído pela historiografia, está vinculado, quase que de forma predominante, à instituição da monarquia e do papado.

Sob esse ponto de vista, a construção do Império Carolíngio teria sido obra dos interesses quase particulares do papa Estevão II e do futuro monarca franco, Pepino, o Breve. Aproveitando-se da conjuntura que apresentava a questão da expansão islâmica e a ocupação lombarda na Península Itálica, a Igreja e os francos estabeleceram, por meio

dos seus representantes, uma aliança que seria responsável, em parte, pela expansão territorial e política da cristandade na Europa medieval.

Assim como a formação do Império Carolíngio esteve, em parte, associada à atividade dos monarcas, sua desagregação também é atribuída a eles, embora não se descarte a ação dos invasores estrangeiros. Parte da historiografia situa o início do fim do Império Carolíngio após a morte de Luís, o piedoso e a consequente divisão territorial entre seus herdeiros por meio do tratado de Verdun. Esta seria apenas uma das sucessivas divisões territoriais, às quais o Império estaria submetido a partir de então. As invasões do século IX, combinadas com as rivalidades entre a nobreza franca provocada pela fragmentação política interna, além da frágil composição dos exércitos carolíngios, concorreram para a aceleração do processo de desarticulação imperial, transformando o mapa político da Europa, nessa época. Ação política de pessoas eminentes e construção da sociedade feudal: estas são as sínteses das abordagens mais comumente encontradas na historiografia acerca do Império Carolíngio.

Referências:

- ABRAMSON, M.; GUREVITCH, A.; KOLESNITSKI, N. **História da Idade Média – A Alta Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1978.
- ANDERSON, P. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Unesp, 2016.
- COLLINS, R. **Charlemagne**. Toronto: University of Toronto Press, 1998.
- DE JONG, M. The Empire that was always Decaying: the Carolingians (800-888). **Medieval worlds comparative & interdisciplinary studies**. Vol. 2015.2 – Empires Elements of Cohesion and Signs of Decay. Vienna: Austrian Academy of Sciences Press, 2015.
- DUBY, G. **Guerreros y campesinos – Desarrollo inicial de la economía europea, 500-1200**. Madrid: Siglo XXI, 2009.
- HALPHEN, L. **Carlomagno y el Imperio Carolingio**. Madrid: Akal, 1992.
- HARTOG, F. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HOURANI, A. **Uma historia dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LE GOFF, J. **La civilizacion del occidente medieval**. Barcelona: Paidós, 1999.
- LUPI, J. Iconoclastas, Antirréticos, e o Poder da Imagem. **Revista Ágora Filosófica**. Ano 1, nº 2, jul./dez. Recife, 2001.

MONTANELLI, I.; GERVASO, R. **Historia de la Edad Media**. Barcelona: Debolsillo, 2002.

NELSON, J. L. Kingship and empire in the Carolingian world. *In*: McKITTERICK, R. (Org.). **Carolingian culture: emulation and innovation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

ROMERO, J. L. **La Edad Media**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1987.

¹ Clóvis foi um monarca que, no século V, uniu as tribos dos francos, transformando um conjunto de reinos menores em um reino unificado e centralizado.

² Militares que compunham o exército real e que realizavam juramento de lealdade ao monarca.

³ Confronto na Gália merovíngia, que opôs as forças da Austrásia, lideradas pelo prefeito do palácio Pepino II, e as da Nêustria e da Borgonha.

⁴ Califado árabe fundado por Mu'awiya após sua ascensão ao poder no século VII. A partir deste momento o califado tornou-se um cargo praticamente hereditário, dando início à formação de uma dinastia que ficou conhecida como os Omíadas, nome derivado de um ancestral de Mu'awiya, chamado Umayya. A capital do Império Árabe sob o domínio Omíada foi Damasco. (Hourani, 2006, p. 48-49).

⁵ Os Abássidas, também conhecidos como o califado de Bagdá, foram uma dinastia árabe fundada por Abu'l Abbas no século VIII. Do ponto de vista político, o governo dos Abássidas não foi muito diferente dos Omíadas e os novos governantes tiveram muitos desafios para consolidar o poder em meio a muitas disputas internas no Império motivadas por interesses difusos. (Hourani, 2006, p. 57-58).

⁶ A primeira dinastia dos francos foi a dos reis merovíngios, fundada por Clóvis que, no final do século V, reuniu todas as tribos sob seu comando. Os permanentes embates entre seus próprios integrantes levou ao fim da dinastia no final do século VII, período no qual foi substituída pela dinastia dos Carolíngios.

⁷ De acordo com João Lupi, no artigo intitulado *Iconoclastas, Antirréticos, e o Poder da Imagem*, os iconoclastas, classificados pelo autor como quebradores de imagens, eram contrários ao culto dos ícones e, por esse motivo, privilegiavam a explicação da doutrina cristã por meio do discurso. Por outro lado, os *iconodoulos* posicionaram-se contra o uso do discurso, por considerarem que a imagem era superior à palavra, desvalorizando o uso de explicações discursivas. Em 726, o imperador Leão III iniciou uma onda de oposição ao culto das imagens por meio da sua destruição. No entanto, João Lupi afirma que uma das principais motivações de Leão III era o fato de os monges apoiarem a iconodoulia e o governo estar preocupado com o crescimento dos mosteiros, que subtraíam a mão-de-obra que deveria ser aplicada em outros setores da economia e estavam isentos do pagamento de tributos. Assim, atacar o culto às imagens era, de certa forma, reduzir o poder dos monges. (Lupi, 2001, p. 150 e 152).

⁸ Entre os anos de 830 e 840 o Império foi devastado pela guerra civil entre os filhos de Luís, o Piedoso, em virtude de suas tentativas de incluir o seu filho Carlos, nascido do seu casamento com Judite, sua segunda esposa, como seu sucessor.

⁹ “Este é o sonho; também a sua interpretação diremos na presença do rei. Tu, ó rei, és rei de reis; a quem o Deus do céu tem dado o reino, o poder, a força, e a glória. E onde quer que habitem os filhos de homens, na tua mão entregou os animais do campo, e as aves do céu, e fez que reinasse sobre todos eles; tu és a cabeça de ouro. E depois de ti se levantará outro reino, inferior ao teu; e um terceiro reino, de bronze, o qual dominará sobre toda a terra. E o quarto reino será forte como ferro; pois, como o ferro, esmiúça e quebra tudo; como o ferro que quebra todas as coisas, assim ele esmiuçará e fará em pedaços”. (Daniel 2:36-40)